



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

## O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUÊS NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO, CULTURA, FAMÍLIA E SEXUALIDADE

Jarles Lopes de Medeiros<sup>385</sup>  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Gisafran Nazareno Mota Jucá<sup>386</sup>  
Universidade Federal do Ceará (UFC) e  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

### RESUMO

A discussão em torno da educação, sexualidade e família brasileiras e sua contextualização histórica está relacionada ao processo de colonização, portanto, remete-nos ao continente europeu. A partir da relação de exploração entre colonizador e colonizado, Senhor e escravo, os elementos da sociedade brasileira se constituíram com características bem particulares. A educação exerceu sua influência como instituição asseguradora do repasse cultural e ideológico da metrópole portuguesa. O objetivo principal do presente ensaio é suscitar reflexões acerca das incoerências e (des)continuidades históricas existentes entre a sociedade brasileira e a europeia e suas interconexões. Além da pesquisa bibliográfica de caráter histórico, utilizamos como metodologia a História Oral, o que nos permitiu recorrer à fala de Cavalcante (2015) em determinados pontos do trabalho. Ao final, concluímos que tal percepção é fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos que perturbam a atualidade, dentre eles a intolerância e a resistência ao se discutir os temas relacionados à sexualidade, bem como o consumismo vinculado ao egoísmo e à exploração, temas esses que acabam por repercutir no processo educativo.

**Palavras-chaves:** Colonização. Educação. Sexualidade.

### INTRODUÇÃO

*Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram, por gosto ou vontade própria, muitos europeus.*

*Freyre (2004, p.83)*

Abordar as questões relativas à educação, à sexualidade e à cultura brasileiras pressupõe uma discussão transdisciplinar, à qual nos remete à colonização portuguesa no Brasil. Em primeiro lugar, é preciso concebê-las como um fenômeno social e político, que desde os primórdios das

<sup>385</sup> Aluno bolsista CNPq do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/FACED/UFC) vinculado à Linha de Pesquisa História da Educação Comparada. E-mail: jarlles@hotmail.com.

<sup>386</sup> Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e professor colaborador da UFC no PPGE/FACED/UFC, vinculado à Linha História da Educação Comparada. E-mail: gisafranjuca@gmail.com.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

civilizações são asseguradas através das sucessões geracionais, interações sociais e de maneira sistematizada por meio das ciências e da escola. É fundamental superarmos a concepção fragmentada das ciências modernas que compartimentalizou o processo educativo. Nessa reflexão, compreendemos a educação para além dos espaços escolares, acima da cientificação moderna. Educação essa que se processa em diversos espaços e situações sociais e que acompanha o caminhar histórico e social, não subjugando os indivíduos.

Concebemos a educação como um dispositivo histórico, portanto suscetível às implicações sociais de cada época, relacionando-se com a humanidade como uma espécie de guia, não só do ponto de vista tecnológico, mas também das relações sociais. Nesse sentido, educação também é memória, uma vez que perpetua práticas, crenças e ritos que asseguram a vida política e social dos sujeitos e reforça o sentimento de nação. Trata-se de um processo fundamental para evoluirmos cada vez mais como seres humanos. Portanto, tudo está relacionado à área de interesse da educação.

Este trabalho apresenta uma discussão em torno do processo de colonização brasileiro, a partir do século XVI, e seus reflexos na cultura, educação, família e sexualidade na Europa e, principalmente, no Brasil. Evidencia-se que o contato entre os dois continentes não se deu de forma unilateral, com a Europa difundindo sua cultura e valores sobre os nativos que aqui se encontravam. Os hábitos dos indígenas, assim como os dos africanos e outros povos, influenciaram profundamente o modo de ser do povo europeu e brasileiro.

A metodologia utilizada para realização deste ensaio, além da pesquisa teórico-bibliográfica, de caráter qualitativo, foi o uso História Oral, que se caracteriza pela relação de subjetividade entre pesquisador e sujeito (AMADO e FERREIRA, 2006). Tal metodologia se justifica, uma vez que tivemos como ponto de partida as reflexões suscitadas durante as aulas ministradas pela professora Cavalcante (2015) no Seminário de Educação Brasileira (SEB)<sup>387</sup>, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - PPGE/UFC. A partir das aulas sobre temas diversos relacionados à constituição do pensamento moderno europeu e seus reflexos na sociedade, cultura e educação brasileiras, articuladas às obras estudadas ao longo do seminário, aos depoimentos dos alunos e reflexões pessoais sobre os temas abordados, desenvolvemos a presente discussão.

O intuito é despertar outros olhares sobre o processo de colonização que subjugou, histórica e socialmente, as Américas, mais especifica e violentamente o Brasil. É importante cultivar o hábito da crítica não para anular, e sim para refletir, compreender e contestar o que é posto como natural

---

<sup>387</sup> Disciplina do PPGE/FACED/UFC cursada no semestre 2015.2.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

pelos manuais enciclopédicos mais tradicionais. Reconhecer as incoerências e (des)continuidades históricas acerca das relações entre a sociedade brasileira e a europeia e suas interconexões é essencial para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos que perturbam a atualidade, dentre eles a intolerância e a resistência ao discutir os temas relacionados à sexualidade, bem como o consumismo vinculado ao egoísmo e à exploração, temas esses que acabam por repercutirem no processo educativo.

### **DESBRAVANDO O HORIZONTE E O NOVO MUNDO: OUTROS POVOS, NOVOS OLHARES**

Conforme Cavalcante (2015) enfatizou ao longo do SEB, o progresso das ciências modernas na Europa dependeu das Américas. É fundamental tal percepção para superarmos o complexo de inferioridade que temos em relação àquele continente. A história da Europa e o seu desenvolvimento social estão intrínsecos às Américas e aos povos nativos.

No período histórico que compreendia a era pré-Expansão Marítima, num mundo não globalizado, portanto limitado do ponto de vista espacial, existia uma relação de fantasia das pessoas em relação ao mundo, aos limites do mar e ao espaço. Na busca por novas colônias e produtos comerciais, algumas nações europeias se lançaram ao mar. Deu-se início ao processo de globalização que viria a se concretizar séculos depois. A relação de fantasia com o desconhecido, com os limites do oceano, cada vez mais chegava ao fim com as Grandes Navegações descortinando novos espaços. A partir do contato com outros povos e terras o mundo nunca mais foi o mesmo. Para compreensão de si, tornou-se fundamental considerar o outro, o diferente, as novas culturas.

O povo europeu, em nome do progresso econômico e social, protagonizou uma história de exploração, subjugação e etnocentrismo em relação aos nativos do continente americano. O contato com civilizações desconhecidas, com os povos ditos estranhos e primitivos, foi catastrófico. Exemplo disso foram as expedições marítimas portuguesas que chegaram ao Brasil e usurpam a cultura local, além de dizimarem milhares de indígenas. Fato parecido com a violência com que os espanhóis abordaram outros grupos indígenas, as duas situações ocorridas na América do Sul, protagonizadas pelo povo europeu que ambicionava o acúmulo de riquezas e a propagação do Cristianismo convertendo indígenas.

O contato com os povos americanos influenciou a Europa, que por meio da comparação com os nativos pôde reconsiderar a forma de conceber a sociedade e as interações humanas. Cavalcante (2015) destacou essa influência em autores como Rousseau, o qual teve inspiração nesses povos



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

para construir o seu ideal de bondade e liberdade, ondeo homem também nasce livre, porém é a partir do contrato com a sociedade que ele se torna mau e aprisionado. Citando a biografia de Darwin, destacou que o autor desenvolveu parte de suas pesquisas no continente americano e foi durante a expedição às Américas, mais especificamente ao Brasil, que o autor se fez cientista.

Outro ponto importante diz respeito às particularidades na história da Europa e sua relação com a colônia brasileira. A relação de exploração entre colônia e metrópole não se deu totalmente de forma vertical, onde Portugal dominaria o Brasil, *saqueando* seus recursos naturais e se mantendo imune aos seus reflexos. Portugal também sofreu influências. O processo de colonização foi violento, saqueador, de imposição e etnocentrismo. Mas também, em meio aos conflitos e às relações desiguais entre metrópole e colônia, houve a aprendizagem, as trocas, as resistências e uma complexa simbiose cultural que fez surgir novas práticas e costumes. A cultura brasileira é fruto dessa troca. Se hoje conhecemos conceitos como globalização e multiculturalismo, isso se deve à expansão marítima de outrora.

As atitudes corriqueiras dos índios que habitavam o Brasil Colônia causaram espanto no povo europeu, além de provocar-lhe grande influência. Del Priore (2011) destaca que era comum a cultura europeia se abster da nudez, evitando situações que a provocasse, mesmo entre os casais. Em contrapartida, o banho diário, muito comum entre os indígenas, era visto como lascívia, uma vez que o europeu não possuía esse hábito cotidiano. A historiadora utiliza o termo *banhos bordéis* para ilustrar o fato de que na Europa Medieval banhos conjuntos eram permitidos apenas em prostíbulos, sendo condenada a prática entre os casais.

A liberdade dos indígenas provocou um sentimento de estranhamento na Europa e, conseqüentemente, aprendizagem. Enquanto que os europeus concebiam a nudez como fonte de pecado, os habitantes da América possuíam outra concepção acerca do corpo e da sexualidade. Logo, esses povos foram acusados pela cultura pudica daquele continente de serem demônios. “O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne. Afinal, como se queixava padre Anchieta, além de andar peladas, as indígenas não se negavam a ninguém” (DEL PRIORE, p. 17, 2011).

Essa concepção do corpo e do sexo como pecado é fruto do pensamento e cultura europeus do período medieval. Vale destacar que nesse período vigorava na Europa o *Dispositivo da Aliança* (FOUCAULT, 2011), caracterizado por conceber o sexo apenas do ponto de vista matrimonial e com fins reprodutivos. A sexualidade feminina não era considerada e ao homem era assegurado o direito de exercer livremente sua prática heterossexual seja em casa, no matrimônio ou em bordéis,



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

com as prostitutas. Somente a partir da modernidade, com o desenvolvimento das ciências e da gnosiologia, foi que surgiu o conceito de sexualidade para além matrimônio com fins reprodutivos, onde se desenvolveu uma compreensão mais global da sexualidade humana, perpassando toda a vida das pessoas. O autor batizou essa ampliação do termo como *Dispositivo da Sexualidade*.

Esses reflexos podem ser compreendidos na constituição da sociedade e da família brasileiras. Com a colonização, importaram-se os hábitos da cultura europeia. No entanto, no Brasil, a sociedade foi se constituindo com suas particularidades. Del Priore (2011) destaca que o sentimento de pudor conforme conhecemos hoje, e que vigorava na Europa Medieval, não era conhecido pelos indígenas. A chegada das embarcações às terras brasileiras provocou um choque cultural e sexual entre nativos e estrangeiros. Os corpos nus dos indígenas e a naturalidade com que lidavam com as questões do corpo e das práticas sexuais causaram incômodo nos portugueses. Em relação à sexualidade, a influência foi decisiva, apesar das mulheres índias terem sido acusadas de serem *fáceis* e de oferecerem prazeres gratuitos ao colonizador.

A historiadora segue apontando que o sentimento de pudor foi naturalizado nas sociedades ocidentais. Porém, os indígenas colocaram *em cheque* essa concepção. O contato entre europeus e indígenas brasileiros, a partir do século XVI, desnaturalizou o pudor da cultura europeia. O que seria mais natural: a lascívia ou o pudor? Aos poucos, o envolvimento sexual com os indígenas e, posteriormente, com os africanos, possibilitou a miscigenação, fruto da relação entre diferentes povos, essa uma das principais características da sociedade brasileira.

Vigarello (2013) discute a virilidade europeia e suas implicações a partir do contato com os ditos selvagens. Em comparação com os indígenas, o homem branco europeu foi considerado afeminado, apresentando um modelo polido, educado, com a sobreposição da força mental à física. No entanto, com o avanço tecnológico e capitalista, impulsionados pelo desenvolvimento científico, a virilidade dos povos americanos foi considerada selvagem e primitiva. Com essa concepção, os europeus passaram a ser superiores, dominando por meio do intelecto os indígenas. O que era motivo de admiração e modelo viril foi cedendo lugar ao feio e a sexualidade passou a ser vista como algo libertino, em que a coragem do *selvagem* foi vista como animalesca em oposição à racionalidade europeia.

Freyre (2004) apresenta uma discussão a respeito da influência indígena e, principalmente, do povo africano na constituição da sociedade e família brasileiras. Evidencia que todo brasileiro carrega os traços, o jeito e o temperamento desses povos. Contudo, devemos destacar que esse



### **Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

processo não se deu de forma passiva e cordial, sendo carregado de violência e subordinação. Aponta que a instituição familiar seria o fator principal do processo de colonização.

Em relação aos negros, informa que nas grandes plantações de cana-de-açúcar, onde se constituíam as famílias do Senhor de Engenho, formada por uma vasta extensão de membros, havia uma predileção sexual pelo povo negro. Era comum aos Senhores terem relações sexuais com suas escravas, gerando filhos bastardos. O mesmo acontecia com as senhoras e os escravos. Os adolescentes pertencentes à família de engenho namoravam e se iniciavam com as escravas e escravos, porém se casavam com as mulheres brancas de *boa família*.

No entanto, esse contato sexual muitas vezes se deu de forma violenta e clandestina, principalmente com o africano escravizado no Brasil, o qual participou silenciosamente da constituição da família brasileira. Nas grandes fazendas de plantações de açúcar, onde serviam de mão de obra escrava, eram estuprados e violentados pelos Senhores de Engenho, suas esposas e filhos, como destacou Freyre (2004).

Os princípios que guiavam a conduta sexual na Europa, sob a orientação e vigilância da Igreja, começaram a modificar os comportamentos do povo brasileiro. Por meio da catequese, os índios eram convertidos à cultura e religião do colonizador, ao passo que participavam da vida sexual do mesmo. Sob os rígidos padrões impostos pela cristandade, a sexualidade brasileira foi se constituindo com características próprias, apesar de seguir os princípios cristãos. O processo catequético funcionou como um forte mecanismo de repasse cultural e ideológico da cultura europeia. Além desse fato, foi a partir desse processo que se constituiu os princípios da educação sistematizada e da escola brasileiras.

### **A CATEQUESE E AS ORIGENS DA EDUCAÇÃO SISTEMATIZADA NO BRASIL**

A concepção de educação sistematizada e de escola que vigora hoje nas instituições de ensino no Brasil tem sua origem no *descobrimento* das Américas. De acordo com Saviani (2013) a História da Educação no Brasil se inicia em 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas, juntamente com o primeiro Governador Geral Tomé de Sousa. A missão dos religiosos era converter os nativos, desnaturalizando sua cultura em prol da cristã europeia.

A partir do contato com os índios, os Jesuítas, por meio da catequese, perceberam que era mais fácil educar crianças do que adultos, uma vez que elas apresentavam menos resistências e maior propensão à aprendizagem. Com os jesuítas, o Brasil entra no cenário ocidental da época “[...] por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2013, p. 26).



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

Observa-se que a educação, desde o período colonial, funcionou como um dispositivo de aculturação, retirando o indivíduo de sua cultura, do seu natural, para enquadrá-lo no padrão ideal. Esse padrão estava relacionado à cultura europeia, onde os índios, lentamente, foram assimilando os valores e religiosidade daquele continente. Esse processo se deu de forma violenta, envolvendo assassinatos e escravidão. Atualmente, a educação ainda possui a função de inculcação, difundindo valores morais e culturais.

A violência simbólica a respeito da aculturação, em que os indígenas tiveram que aprender um novo idioma tido como oficial, marcou de forma decisiva a cultura brasileira. A colonização subjuguou os povos que não eram europeus. Crianças indígenas tiveram que aprender a língua do colonizador. O Cristianismo foi imposto como religião oficial. Não obstante, a cultura indígena resistiu e persistiu até os dias atuais, mesmo que de forma simbiótica com a cultura europeia e com o cristianismo. Sobre a tríade colonização, educação e catequese, Saviani (2013) destaca que:

O processo de colonização abarca, de forma articulada, mas não homogênea, antes dialeticamente, esses três momentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjungendo seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores ( p. 29).

A História do Brasil contada na escola a partir dos livros didáticos é datada de 1500, com a ideia de *descobrimto* vigorando até os dias atuais. Por mais que exista uma concepção que supere o sentimento de descobrimto, o que se faz é reproduzi-lo, uma vez que os fatos que se passaram antes dessa data, no território que hoje chamamos de Brasil, não são conhecidos, pelo menos dentro da escola. Há uma pré-história do Brasil pouco ou quase nada conhecida.

Existe uma abordagem histórica etnocêntrica quando se fala do processo de colonização, uma vez que não se abordam aspectos da cultura indígena antes de 1500, como se esses povos não possuíssem história. O encontro entre colonizador e colonizado é apresentado, geralmente, de forma unilateral. “Tudo ocorre para deixar claro a condição efêmera daquele encontro e a pequena importância dos indígenas na conformação do mundo colonial que irá se instaurar no futuro território da nação brasileira” (OLIVEIRA, 2015, p.168).

Os conhecimentos culturais nas tribos indígenas eram compartilhados entre todos os membros, principalmente através da oralidade e do contato na vida cotidiana. Os pais, principalmente, eram os encarregados dessa função, tendo na valorização da experiência um dos seus principais fundamentos. “Em qualquer idade e tipo de relação social era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de mestres” (SAVIANI, 2013, p. 38).



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

O *RatioStudiorum*, criado no século XVI, que numa tradução direta significa *ordem de estudo*, regulou o funcionamento das instituições educativas da Companhia de Jesus. Tratava-se de um conjunto de regras, métodos e códigos destinados aos agentes vinculados ao ensino. Uma das principais características diz respeito à cooperação, onde todos os envolvidos nos colégios deveriam colaborar com o ensino, além de abordar sobre os conhecimentos os quais os professores deveriam ter.

Possuía um caráter universalista, sendo adotado por todos os jesuítas em qualquer parte do mundo. O *RatioStudiorum*, de acordo com o autor, estava mais relacionado a um código de ensino do que um método pedagógico. A pedagogia jesuítica foi o primeiro sistema educacional que o mundo conheceu, uma vez que o método vigorava da mesma forma em diversos lugares, tanto na América do Sul como na Europa.

Saviani (2013) segue destacando que não se tratava de uma instituição educativa popular, e sim elitista, uma vez que os colégios eram destinados aos filhos dos colonos, deixando de lado os indígenas. Dessa forma, os colégios jesuítas funcionaram como alicerce da formação da elite colonial. A escola universalizada, aonde, teoricamente, todos teriam acesso, é uma conquista recente na História do Brasil. Além do mais, o ensino gratuito e supostamente universal na atualidade, encontra-se sucateado, predominantemente oferecido à classe menos favorecida socialmente. Enquanto que a classe economicamente mais privilegiada que outrora se encontrava no ensino público, agora frequenta o ensino privado, tecnicamente de maior qualidade. De uma forma geral, o ensino continua apresentando como característica principal o elitismo classista.

No século XVIII o Marquês de Pombal instituiu uma revolução no campo educacional no Período Imperial do Brasil. De uma forma geral, as informações que normalmente circulam a respeito da referida revolução dizem respeito à expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas dependências. Uma visão simplista do fato pode ocultar divergências e interesses políticos diferentes que movimentaram a expulsão dos religiosos. “A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos desses e passando para as mãos do Estado” (SECO e AMARAL, 2006).

Com a revolução pombalina, de acordo com Cavalcante (2015), foi a primeira vez na História da Europa que o Estado seria o responsável pela administração da educação. Esse, sem dúvidas, é um marco na educação nacional e se torna fundamental para a compreensão da História da Educação Brasileira. Seus desdobramentos podem ser vistos nas criações de legislações educacionais atuais, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL,





**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), dentre outras, assim como na tutela que o Estado possui em relação às modalidades da educação sistematizada.

Hoje em dia, de uma forma geral, a Educação Básica gira em torno de políticas educacionais avaliativas. Dentre essas, destaca-se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), onde um grupo de políticos e professores decidiu, unilateralmente, que toda criança deveria estar alfabetizada até os oito anos de idade. Podemos questionar: Idade certa para quem? Quais os interesses políticos nessa decisão? O sujeito que não se adequar nessa classificação etária sofrerá sérias interdições em sua vida escolar. Sem dúvidas, as *raízes* do PNAIC podem estar no método educativo jesuítico a partir do contato da Europa com os nativos das Américas, onde se percebeu que as crianças eram mais propensas à aprendizagem sistematizada.

A escola é concebida como um lugar civilizador, portanto não natural. Em seus espaços aprendemos a se comportar de uma forma desejável e a controlar nossos impulsos. As instituições educacionais desenvolveram mecanismos de controle dispostos a vigiar e punir os infratores, o que nos remete a Foucault (2013), que aponto o disciplinamento da mente e do corpo como sendo um dos principais objetivos da escola, dentre outras instituições. O seu sistema hierárquico foi constituído para exercer uma constante vigilância às normas morais, não sendo um ambiente neutro como se pensa. Nos rituais promovidos, estão presentes elementos morais da sociedade, com normas de comportamentos a serem seguidas, não sendo permitido o desenvolvimento da diversidade.

A instituição pode ser vista como via de acesso ao modelo viril ideal, garantido pela racionalidade. Desde as séries mais iniciais, é assegurado o repasse cultural e ideológico às crianças, as quais aprendem como se comportarem diante das situações mais diversas. Muitas vezes, esse comportamento é direcionado não só nos conteúdos, mas também no chamado currículo oculto, nas relações interpessoais presentes em seus diversos espaços. Desde muito cedo os modelos hegemônicos de gênero são apresentados e assimilados pelos sujeitos, os quais se encontram aprisionados numa demarcação rígida do masculino e do feminino.

Em relação à construção da virilidade e a formação das identidades do masculino e do feminino, é criada uma fronteira: de um lado a masculinidade, com a marca da virilidade como característica principal e do outro a feminilidade, com a sensibilidade a florada. Qualquer um que transpor e borrar tais fronteiras será perseguido e terá seus direitos de ser suspensos. O natural é ser livre, ser o que é, seguir os instintos como apontavam os indígenas. A escola, como parte da sociedade, não permite o indivíduo ser.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

Nos rituais apresentados em seu cotidiano, como a festinha dos dias dos pais, das mães, do dia mulher, do índio, da consciência negra, estão embutidos os preconceitos presentes no imaginário popular, onde há o repasse e o reforço dos estereótipos: o índio é visto como folclore, como se vivesse ainda no século XVI, onde sua história é negada e estereotipada em detrimento do pensamento e cultura europeus; com o negro não é diferente, esse é estigmatizado, reduzido à condição de escravo; as mulheres são silenciadas, emolduradas na maternidade, sendo símbolo da compreensão e da emotividade; a família clássica apontada por Freyre (2004), constituída por pai, mãe e filhos, ainda é o único modelo aceito e representado na escola nas festas dos pais; as diversidades sexuais além de silenciadas, são violentadas e perseguidas diariamente.

Essas demarcações acabam por causarem um enorme sofrimento e crise de identidade nos sujeitos que fogem ao padrão branco, heterossexual e viril. A escola reproduz características de uma sociedade etnocêntrica (Europa), racista, machista e homofóbica. Nesse bojo, o ideal de virilidade masculina reflete em todas as categorias. É apresentada apenas uma forma de ser homem e uma forma de ser mulher, não permitindo ambiguidades. O homem também acaba sendo uma vítima desse modelo, uma vez que ele é sobrecarregado de funções comportamentais que o impedem de ser livre.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar tais fatos criticamente, com uma interconexão entre passado e presente, possibilita a compreensão dos dilemas educacionais e políticos os quais enfrentamos na atualidade. Existe um discurso que afirma que somos eternamente colônia de Portugal, e, como tal, não possuímos um papel significativo na História, como se fôssemos uma sombra da Europa. No entanto, fatos apresentados no SEB e discutidos neste artigo contribuem para desmontar esse discurso, mostrando que o continente europeu dependeu das Américas, e, mais especificamente, do Brasil para desenvolver parte de suas ciências, políticas, educação e processos civilizatórios.

Essa compreensão nos fortalece como nação, propiciando-nos autoestima que nos permite ir além da condição de subjugados. Sem dúvidas, as marcas de uma nação que surgiu a partir do jogo de conquista e expansão europeu, portanto violento e imoral, podem ser eternas, mas não selam o seu fracasso. Como mencionado por Cavalcante (2015), é fundamental um estudo crítico da História do Brasil e do Mundo para que possamos apontar para o futuro e suas incertezas.

Outro exemplo da função da escola brasileira em prol da cultura europeia é o fato de não aprendermos os idiomas de nossos antepassados, como os dos índios e dos africanos. Além da nossa língua oficial, o Português, a escola poderia ensinar línguas indígenas ainda em uso por algumas



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

comunidades, dentre elas a Apurinã e o Guarani. No entanto, prefere-se perdê-las lentamente, ao mesmo tempo em que se obriga crianças e adolescentes a terem noções que dificilmente se tornam básicas de Inglês e Espanhol. A nossa língua oficial é fruto do processo expansão e colonização europeu. Há tempos a escola nos fez esquecer nossos antepassados.

O próprio nome do Brasil está relacionado a tal processo, uma vez que chegando às terras da América do Sul, sob o olhar colonizador em busca de riquezas, Portugal encontrou na extração do pau-brasil a fonte econômica que motivou nas três primeiras décadas do século XVI a ocupação do território. Devido à importância dessa atividade, o nome da colônia passou a se chamar Brasil, desconsiderando a cultura local dos índios, que já conhecia as terras com o nome de Pindorama, a terra das Palmeiras (LUZ, 2008). A nova nomenclatura do até então desconhecido território ocupado pelos indígenas já pode ser considerada uma das primeiras imposições exercidas por Portugal sobre a cultura local, descaracterizando-a, contribuindo para causar uma relação de alienação entre os nativos e suas terras.

A instituição escolar segue seu curso com a função de padronizar e inculcar os valores dominantes, embora cultivemos a ideia de que ela é o caminho para a redenção, purificação e o sucesso dos sujeitos. No entanto, ela alfabetiza para o mundo dos negócios. Afirmarões desse tipo nos remetem ao conceito de Freire (1989), o qual aponta que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Nesse sentido, antes de ser alfabetizadoo sujeito já tem uma vasta compreensão do mundo ao ponto de compreender que a palavra é apenas um código do mundo, e não o contrário.

Diante do exposto, concluímos afirmando que conceber a escola, a sexualidade e a sociedade brasileiras apenas sob um recorte contemporâneo, sem memória ou história, é um caminho de incompreensão. Os atuais conflitos enfrentados nas mais diversas instituições sociais, dentre elas a família, têm sua origem num passado explorado e colonizado por uma metrópole saqueadora. Existem percalços na constituição do Brasil como nação, onde nem sempre todos os sujeitos tiveram o direito de transitar por todos os setores sociais com dignidade, como, por exemplo, as pessoas negras, as mulheres e as diversidades sexuais. Esses e tantos outros embargos estão presentes durante toda a História do Brasil, em períodos anteriores de forma mais explícita, atualmente de forma velada.

## **REFERÊNCIAS**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Usos e Abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



**Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229**

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetro Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **Seminário de Educação Brasileira**. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Disciplina ministrada aos alunos do Curso de Mestrado e Doutorado em Educação Brasileira no semestre 2015.2. Fortaleza: UFC, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 21º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49º Ed. São Paulo: Global, 2004.

LUZ, Marco Aurélio. Pindorama, Brasil, Ilê Axé: 500 anos depois, a Terra está em perigo. In:\_\_\_\_\_ **Cultura negra em tempos pós-modernos**. 3ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João. **O Brasil colonial**: volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marques de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Campinas - SP: Graf. FE; HISTEDBR, 2006.

VIGARELLO, Georges. O Viril e o Selvagem das “terras descobertas”. In: COBRIN, Alain e outros (Org.). **História da Virilidade – A Invenção da Virilidade**: da antiguidade às Luzes. Petrópolis, Vozes, 2013, vol. 1, pp. 466-492.